

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Qd 2 Lt 3
Edifício Adail Belmonte
Brasília - DF - CEP: 70070-600
Telefone: (61) 3366-9100
www.cnmp.mp.br

SUMÁRIO

Presidência.....	1
Secretaria Geral.....	15
Plenário.....	17
Corregedoria Nacional.....	19

PRESIDÊNCIA

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
1ª Sessão Ordinária de 2025

Data: 11/02/2025

Hora: 09:00

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília/DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação da Ata da 19ª Sessão Ordinária de 2024 (10/12/2024).

PARTE I – PROCESSOS ELETRÔNICOS**Processos com Pedido de Vista**

Pedido de Vista na 10ª Sessão Ordinária de 2024 (18/06/2024)

1) Proposição nº 1.00393/2019-23

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77 do RICNMP.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

Pedido de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2024 (08/10/2024)

2) Reclamação Disciplinar nº 1.01028/2022-40 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrentes: Sigiloso

Advogados: Carlo Huberth Castro Cueva e Luchione – OAB/RJ nº 47698; Michelle Aguiar da Costa – OAB/RJ nº 204603; Alexandre Mendonça Arruda Pontes – OAB/RJ nº 112026; Joaquim Jair Ximenes Aguiar Junior – OAB/DF nº 28424

Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF nº 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF nº 20.522; Luciana Moura Alvarenga Simioni – OAB/DF nº 1878A

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Pedido de Vista na 19ª Sessão Ordinária de 2024 (10/12/2024)

- 3) Proposição nº 1.00922/2023-01
Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Regula a atividade do Ministério Público na investigação de morte, violência sexual, tortura, desaparecimento forçado de pessoas e outros crimes ocorridos em decorrência ou no contexto de intervenções dos órgãos de segurança pública.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fernando da Silva Comin

Processo com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 4) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Margaret Matos de Carvalho
Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF nº 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF nº 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF nº 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF nº 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF nº 42.804
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar nº 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2023 (12/09/2023)

- 5) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00788/2022-40 (Recurso Interno)
Recorrente: Pedro Paulo Mendes Martins
Advogados: Luciana Alves de Lima Angelo – OAB/PR nº 56332; Luiz Eduardo Canto de Azevedo Bueno – OAB/PR nº 88950
Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Procedimento de impugnação de vitaliciedade de membro. Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça. Determinação para reintegração do requerente ao cargo de Promotor de Justiça.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Paraná
- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00613/2023-04
Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF nº 34.163
Requerido: Ministério Público da União
Objeto: Ministério Público da União. Procuradoria-Geral da República. Pedido de revisão da Portaria PGR/MPU nº 629, de 21 de novembro de 2011, para incluir entre os beneficiários do auxílio pré-escolar os dependentes que possuem deficiência motora. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2024 (12/03/2024)

- 7) Reclamação Disciplinar nº 1.00065/2023-21 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
- Recorrente: Sigiloso
- Advogados: Maria Luiza Rosa Diniz Rodrigues – OAB/DF nº 56530; Michelangelo Cervi Corsetti – OAB/DF nº 53486
- Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
- Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673
- Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
- Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
- Origem: Goiás

Incluído na Pauta da 9ª Sessão Ordinária de 2024 (11/06/2024)

- 8) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00231/2023-44
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
- Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
- Advogados: Antonio Pedro Machado – OAB/DF nº 52.908; Shelly Giuleatte Pancieri – OAB/DF nº 59.181; Thiago Fernandes Boverio – OAB/DF nº 22.432
- Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
- Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Reclamação Disciplinar nº 1.00974/2022-51. Entrevista televisiva na qual se criticou decisão adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de se determinar que o eleitor deva entregar o seu aparelho de telefonia celular ao mesário antes de proceder à votação.
- Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
- Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2024 (13/08/2024)

- 9) Consulta nº 1.01051/2022-07 (Apenso: Processo nº 1.00302/2023-08)
- Requerente: Jarbas Soares Junior
- Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Execução de pena de suspensão a Membro do Ministério Público. Consulta em relação a possíveis efeitos da sanção.
- Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
- Origem: Minas Gerais
- 10) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01035/2024-04 (Embargos de Declaração)
- Embargantes: Ministério Público do Estado do Piauí; Procuradoria Geral de Justiça/PI
- Embargada: Camila Pinho de Sousa Fontenelle de Araujo
- Advogados: Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800/DF; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673
- Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para Promotor de Justiça Substituto. Requer a suspensão dos efeitos do Edital nº 35 de 2024, por não estender o novo critério de correção da prova discursiva a todos os candidatos aprovados. Requer, ainda, a consequente revisão do edital no que se refere a reclassificação provisória dos candidatos. Pedido de Liminar.
- Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
- Origem: Piauí
- 11) Proposição nº 1.00892/2024-88
- Requerente: Cíntia Menezes Brunetta
- Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério

Objeto: Público da União
Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição das diretrizes para a elaboração do Programa de Integridade pelos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e revoga a Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 6/2023.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Distrito Federal

12) Proposição nº 1.00893/2024-31

Requerente: Ivana Lucia Franco Cei

Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Atribuições das Ouvidorias Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 19ª Sessão Ordinária de 2024 (10/12/2024)

13) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00029/2021-88

Requerente: Cláudio Soares Lopes

Advogados: Mauro Roberto Gomes de Mattos – OAB/RJ nº 57.739; Flávio Bonazza de Assis – OAB/RJ nº 232.702

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Processo Administrativo Disciplinar Ordinário n. 2017.00455179. Alegação de nulidade. Ausência de requisitos de admissibilidade. Ausência de sentença condenatória criminal e de improbidade administrativa transitada em julgado. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Rio de Janeiro

14) Notícia de Fato nº 1.00403/2024-89 (Recurso Interno)

Recorrente: Emanuel Pinheiro da Silva Primo Teixeira

Advogado: Jose Caubi Diniz Junior – OAB/DF nº 29170

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Informa supostas irregularidades na atuação funcional.

Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta

Origem: Mato Grosso

15) Notícia de Fato nº 1.00817/2024-90 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Sigiloso

Advogados: Alexandre Lopes de Oliveira – OAB/RJ nº 81.570; Afonso Destri – OAB/RJ nº 80.602

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público Federal. Informa supostas irregularidades na atuação funcional.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Rio de Janeiro

16) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01091/2024-67 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso

Advogados: Eduardo Kucker Zaffari – OAB/RS nº 42998; Têmis Limberger – OAB/RS nº 24492

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Revisão de Processo Disciplinar. PAD nº 00035.001.413/2021. Reconhecimento da prescrição à pena aplicada de suspensão, nos termos do art. 244, II, da Lei Complementar nº 75/1993.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Rio Grande do Sul

17) Conflito de Atribuições nº 1.01145/2024-94

Requerente: Procuradoria da República - Bahia

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.14.009.000086/2021-82. Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 692.9.169888/2021. Apuração de possíveis ilegalidades praticadas pelo Município de Guanambi no Procedimento de Licitação Inexigibilidade nº 008/2021, que visou a contratação direta de empresa de advocacia.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Bahia

18) Conflito de Atribuições nº 1.01206/2024-03

Requerente: Procuradoria da República - Rio de Janeiro

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Ação Civil Pública nº 5003837-79.2023.4.02.5108. Apuração de irregularidades em eleição de determinadas entidades para a composição como membros efetivos do Conselho Municipal de Saúde do Município de Cabo Frio/RJ.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Rio de Janeiro

Processos desta Sessão (11/02/2025)

19) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01283/2022-10 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ministério Público do Estado do Ceará

Embargados: José de Deus Terceiro Pereira Martins; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Ceará

Advogado: Cosmo Rodrigues Brandão – OAB/CE nº 33.504

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 09.2021.00000266-5. Decisão do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará (OECPJ/MPCE).

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Ceará

20) Correição nº 1.00440/2024-04

Interessados: Corregedoria Nacional do Ministério Público; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Pernambuco

Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária temática em Direitos Fundamentais no Ministério Público do Estado de Pernambuco, realizada nas Comarcas de Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Caruaru, Paulista, Vitória de Santo Antão, Iraguassu, São Lourenço da Mata, Petrolina, Santa Cruz do Capibaribe, Abreu e Lima e Ipojuca.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Distrito Federal

21) Correição nº 1.00508/2024-92

Interessados: Corregedoria Nacional do Ministério Público; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária temática em Direitos Fundamentais no Ministério Público do Estado do Paraná, realizada nas Comarcas de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Colombo, Guarapuava, Araucária, Toledo, Fazenda Rio Grande, Paranaguá, Campo Largo, Apucarana, Pinhais, Almirante Tamandaré, Arapoangas, Piraquara, Sarandi, Umuarama, Cambé, Campo Mourão, Francisco Beltrão, Paranaíba, Pato Branco, Cianorte, Telêmaco Borba, Castro, Rolândia, Irati, União da Vitória, Marechal Cândido Rondon, Iporã, Prudentópolis e Palmas.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Distrito Federal

22) Correição nº 1.00509/2024-46

Interessados: Corregedoria Nacional do Ministério Público; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária temática em Direitos Fundamentais no Ministério Público do Estado do Amapá, realizada nas Comarcas de Macapá, Santana, Laranjal do Jari, Oiapoque, Porto Grande e Mazagão.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal

23) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00513/2024-69 (Processo Sigiloso)

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Advogado: Fabiano de Cristo Cabral Rodrigues Junior – OAB/MA nº 9.472-A
Interessado: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Processo Administrativo Disciplinar. Apuração de suposta exigência de nomeações para cargos em comissão da Câmara de Vereadores de São Luís/MA. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.01116/2023-14. Portaria CNMP-CN nº 18/2024.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Maranhão

24) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00638/2024-61

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG nº 58.400
Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Processo Administrativo Disciplinar. Manifestações ofensiva contra advogada ocorridas durante os debates na sessão plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte/MG. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00355/2024-83. Portaria CNMP-CODI/CN nº 27/2024.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Minas Gerais

25) Notícia de Fato nº 1.00664/2024-80 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Vanderlei Ribeiro Fragoso
Advogados: Lênio Luiz Streck – OAB/RS nº 14439; André Karam Trindade – OAB/RS nº 95122; Thais Salvadori Gracia – OAB/RS nº 106963
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Informa supostas irregularidades na condução de procedimento extrajudicial – Procedimento Investigatório Criminal.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Rio Grande do Sul

26) Correição nº 1.00718/2024-08

Interessados: Corregedoria Nacional do Ministério Público; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado de Tocantins
Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária com foco na promoção de Direitos Fundamentais no Ministério Público do Estado de Tocantins, realizada nas Comarcas de Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso de Tocantins, Colinas do Tocantins, Araguantis, Guaraí e Tocantinópolis.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal

27) Correição nº 1.00772/2024-53

Interessados: Corregedoria Nacional do Ministério Público; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária com foco na promoção de Direitos Fundamentais no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, realizada nas Comarcas Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Naviraí, Ponta Porã e Bonito.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Distrito Federal

28) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00885/2024-02

Requerente: Juliana Pontes da Fonseca

Advogado: Rafael da Silva Braga – OAB/SP nº 503709

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido para que candidatos negros e com deficiência não se submetam aos mesmos critérios de aprovação dos candidatos da ampla concorrência, no tocante à nota mínima, referente a concursos para Promotor de Justiça. Efetivação do sistema de cotas nas provas preambular, escrita e oral, e não apenas na preambular. Possibilidade de alteração da Resolução CNMP n.º 14/2006. Pedido de liminar.

Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Minas Gerais

29) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00917/2024-25 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso

Requerido: Sigiloso

Advogado: Erick Venâncio Lima do Nascimento – OAB/DF nº 19959

Interessado: Sigiloso

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Acre. Violação de deveres disciplinares. Prática de ato incompatível com o decoro do cargo. Falta de zelo pelo prestígio dos Poderes da União, do Estado e dos Municípios, bem como das funções essenciais à Justiça. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00763/2024-62. Portaria CNMP-CODI/CN nº 35/2024.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Acre

30) Conflito de Atribuições nº 1.01045/2024-59

Requerente: Procuradoria da República – São Paulo

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de São Paulo. Notícia de Fato nº 1.34.012.000549/2024-15 (Documento PRM-STs-SP-00010245/2024). Apuração de eventual crime de ordem tributária em virtude de não recolhimento de tributos obrigatórios. Município de Cubatão/SP.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: São Paulo

31) Conflito de Atribuições nº 1.01068/2024-09

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Procuradoria da República – Mato Grosso do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.21.000.001137/2024-81. Notícia de Fato nº 01.2024.00006962-5. Apuração de supostas lesões a consumidores. Não atendimento de norma específica. Dificuldades em devoluções de encomendas por clientes. Empresa Aliexpress e BR1Service.

Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta

Origem: Mato Grosso do Sul

32) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01083/2024-20

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Ceará

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará

Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE nº 40.495

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Sindicância n.º 10.2023.00000147-3. Deslocamento de Promotora de Justiça para outra unidade federativa, a fim de frequentar congresso, em

expediente forense e sem a respectiva autorização do Conselho Superior.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Ceará

33) Conflito de Atribuições nº 1.01096/2024-35

Requerente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Requerido: Procuradoria da República – Santa Catarina
Interessado: Pablo Inglês Sinhori
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Autos nº 5031017-69.2024.8.24.0038. SIG nº 08.2024.00297213-9. Apuração da prática, em tese, do crime previsto no art. 33, caput, c/c art. 40, I, ambos da Lei nº 11.343/06.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Santa Catarina

34) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01100/2024-38

Requerentes: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Ceará; Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogados: Fernanda Marinela de Sousa Santos – OAB/AL nº 6086-B; Matheus Andrade Braga – OAB/CE nº 40.495; Paulo Nicholas de Freitas Nunes – OAB/AL nº 5076
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. PAD nº 10.2019.00000007-3. Promotor de Justiça que deixou de fazer constar procedimentos extrajudiciais na tabela respectiva, não os disponibilizando para a equipe de correição. Conversão de Inquéritos Cíveis e PICs em Procedimentos Administrativos, arquivando-os sem intimação das partes. Indução a erro tanto a Corregedoria Geral, quanto o Conselho Superior. Alteração irregular de manifestações. Falta de urbanidade com servidora e outras irregularidades diversas. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Ceará

35) Conflito de Atribuições nº 1.01112/2024-90

Requerente: Ministério Público do Estado de Sergipe
Requerido: Procuradoria da República – Sergipe/Estância/Itabaiana
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. 7ª Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão. Expediente nº 20.27.0229.0013943/2024-85. NF nº 81.24.01.0032, nº 81.24.01.0033 e nº 17.24.01.0043. Ministério Público Federal no Estado de Sergipe. NF nº 1.35.000.000081/2024-52. Conflito Negativo de Atribuições. Apura supostas irregularidades envolvendo os Editais 08/2023 (Audiovisual) e 09/2023 (Demais linguagens), publicados pela Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe (FUNCAP) e Fundação Cultural Cidade de Aracaju (FUNCAJU), no tocante à execução dos recursos federais da Lei Complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo).
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Sergipe

36) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01116/2024-04 (Embargos de Declaração) (Apenso: Processos nºs 1.01117/2024-68; 1.01133/2024-32; 1.01134/2024-96)

Embargantes: Alex Miranda Soares e Outros
Advogados: Hamilton Antonio Zardo Neto – OAB/SC nº 62.156; Vamario Soares Wanderley de Souza – OAB/DF nº 69680
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. XXIII Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Rondônia. Requer verificação do Edital nº 11 de 2024, que republicou o resultado da prova discursiva, o que ocasionou a "não habilitação" do requerente, devido à atribuição de nota zero por erro de endereçamento da peça processual do Grupo IV. Solicita o reconhecimento da ilegalidade do ato administrativo, restaurando a nota obtida anteriormente, e sua reintegração ao certame. Pedido de Liminar
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Rondônia

- 37) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01127/2024-02 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Alexandre Shiniti Shimada e Outros
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673; Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742/DF; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. XXIII Concurso público para ingresso na Carreira. Provimento de cargos de Promotor de Justiça. Anulação das decisões administrativas que inabilitaram os 65 (sessenta e cinco) candidatos nas provas escritas. Manutenção do resultado publicado por meio do Edital nº 10, de 21/8/2024. Determinação de uma nova correção das provas. Pedido liminar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Rondônia
- 38) Conflito de Atribuições nº 1.01135/2024-40
Requerente: Procuradoria da República – Pernambuco
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.26.000.002668/2023-24. Inquérito Civil nº IDEA 003.0.139742/2011. Auto de Infração IBAMA nº 712468-D, destinado à apuração da prática de comércio irregular de carvão pela empresa ROSILDA DA SILVA ME, localizada no Município de Casa Nova/BA e no Município de Olindina/BA.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Bahia
- 39) Conflito de Atribuições nº 1.01152/2024-78
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Procuradoria da República – Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa (GEPATRIA) – Região de Curitiba. IC nº 0046.23.051442-7. Ministério Público Federal no Estado do Paraná. IC nº 1.25.013.000055/2019-64. Conflito Negativo de Atribuições. Apura eventuais atos de improbidade administrativa, praticados por servidores vinculados ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR), em razão dos contratos de concessão de rodovias firmados no denominado "Anel Integração".
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Paraná
- 40) Pedido de Providências nº 1.01161/2024-69 (Recurso Interno)
Recorrentes: Erica Cristini Ferreira Dias Ildfonso; Ulysses Elie Ildfonso
Recorridos: Eliane Costa de Azevedo; Fernando Hugo Miranda Teles; Procuradoria de Justiça Militar no Estado do Rio de Janeiro; Rafael Martins Liberato de Oliveira; Sergio de Saldanha da Gama Junior
Objeto: Ministério Público Militar. Irresignação face ao arquivamento do PIC n.º 115.2021.000472. Alegação de descumprimento da Resolução CNMP nº 181/2017. Ausência de comunicação referente à promoção de arquivamento.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Rio de Janeiro
- 41) Notícia de Fato nº 1.01164/2024-20 (Recurso Interno)
Recorrente: Juarez Gomes Ribeiro
Interessados: Membros do Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado do Ceará. Informa supostas irregularidades da atuação ministerial na seara da defesa do patrimônio público.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Ceará
- 42) Notícia de Fato nº 1.01171/2024-03 (Recurso Interno)
Recorrente: Arnaldo Luiz Lippi
Objeto: Notícia de Fato. Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa a ocorrência de supostas irregularidades.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: São Paulo

- 43) Notícia de Fato nº 1.01172/2024-67 (Recurso Interno)
Recorrente: Eberson Bremenkamp Anecchini
Objeto: Notícia de Fato. Ministério Público Federal. Informa suposta irregularidade na veiculação de notícia no portal do órgão ministerial.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Espírito Santo
- 44) Pedido de Providências nº 1.01187/2024-80 (Recurso Interno)
Recorrente: Alessandro Batista Ranieri
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Requer remoção por interesse público do Promotor de Justiça com atuação na 1ª Promotoria de Justiça de Canaã dos Carajás. Alega cometimento de abusos no uso da prerrogativa da independência funcional, além do cometimento de arbitrariedades e ilegalidades na condução de denúncias feitas pelo requerente.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Pará
- 45) Conflito de Atribuições nº 1.01243/2024-12
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Investigatório Criminal nº 1.28.000.001510/2022-81. Inquérito Civil nº 04.23.2373.0000184/2019-66. Apuração de suposto crime ambiental. Invasão de via pública do Loteamento Lagoas de Muriú. Município de Ceará-Mirim/RN.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Rio Grande do Norte
- 46) Conflito de Atribuições nº 1.01250/2024-04
Requerentes: Ministério Público Eleitoral; Procuradoria Regional Eleitoral/SE
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público Eleitoral em Sergipe. Ministério Público do Estado de Sergipe. Notícia de Fato nº. 2024.02.176.0000031. Apuração de ilícito penal ocorrido, em tese, durante a campanha eleitoral no Município de Monte Alegre.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Sergipe
- 47) Revisão de Decisão do Conselho nº 1.01254/2024-10 (Embargos de Declaração)
Embargante: Thawan Mayco Gregorio de Souza
Advogado: Daniel Rebello Baitello – OAB/DF nº 24.622
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Pedido de revisão de decisão em sede de Recurso Interno em Notícia de Fato nº. 1.00456/2024-72, que condenou requerente em litigância de má fé ao pagamento de multa. Pedido de desconstituição da multa aplicada.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Distrito Federal
- 48) Conflito de Atribuições nº 1.01262/2024-58
Requerente: Procuradoria da República no Município de Dourados/MS
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Notícia de Fato nº. 1.21.001.002042/2024-75. Apuração de eventual irregularidade na contratação temporária de Agente Comunitário de Saúde, no Município de Dourados.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Mato Grosso do Sul

- 49) Conflito de Atribuições nº 1.01286/2024-61
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.30.001.004087/2024-75. Procedimento MPRJ nº 2024.00612451. Apuração de suposta prática do crime do artigo 299, do Código Penal.
Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: Rio de Janeiro
- 50) Avocação nº 1.01290/2024-84
Requerente: Arthur Senra Jacob
Advogado: Leonardo Accioly da Silva – OAB/PE nº 17265
Requeridos: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Avocação de todos os atos administrativos praticados pela Corregedoria Geral, especialmente aqueles relacionados ao estágio probatório e ao vitaliciamento do requerente. Pedido liminar.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Amapá
- 51) Conflito de Atribuições nº 1.01294/2024-07
Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessado: Tribunal Regional Federal 3ª Região
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Processo nº 5009225-49.2022.4.03.6181. Apuração de fraude eletrônica em conta corrente da Caixa Econômica Federal.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: São Paulo
- 52) Conflito de Atribuições nº 1.01299/2024-77
Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessado: Procuradoria Geral da República
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.34.021.000146/2021-14. Procedimento MPSP 38.0739.0018881/2021-3 (SEI 29.0001.0179035.2021-49). Apuração de supostos crimes contra o sistema financeiro praticados pela empresa "New Cash Exchange".
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: São Paulo
- 53) Conflito de Atribuições nº 1.01302/2024-16
Requerente: Ministério Público do Estado do Acre
Requerido: Procuradoria da República – Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Ministério Público Federal no Estado do Acre. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato Criminal nº 01.2024.00002837-8. Inquérito Policial JF/CZS nº 1002317-06.2020.4.01.3001-IP. Apuração de possível prática dos crimes previstos no art. 312, do Código Penal (peculato) e no art. 1º, da Lei nº 9.613/1998 (lavagem de dinheiro). Município de Marechal Thaumaturgo/AC.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Acre
- 54) Pedido de Providências nº 1.01306/2024-30
Requerente: Daniela Cristina de Jesus
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Atuação. Processo nº 1087324-39.2022.8.26.0002. Processo de guarda de menor. Membro agindo com parcialidade.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: São Paulo

55) Conflito de Atribuições nº 1.01307/2024-94

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Preparatório nº 1.30.020.000250/2024-01. Procedimento MPRJ nº 2022.00961787. Apuração de irregularidades decorrentes da execução de contrato celebrado pelo Município de Guapimirim/RJ para o fornecimento de materiais de limpeza, higiene e descartáveis para atender as Secretarias Municipais requisitantes, por meio do pregão presencial – SRP nº 58/2017 – Ata de Registro de Preço nº 25/2017.

Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta

Origem: Rio de Janeiro

56) Conflito de Atribuições nº 1.01311/2024-07

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Procuradoria da República – Mato Grosso do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuições. Procedimento 02.2024.00133003-8. Procedimento Preparatório nº 1.21.000.000254/2023-47. Apuração de danos ambientais em diversos lotes de assentamentos vinculados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Município de Terenos/MS.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho

Origem: Mato Grosso do Sul

57) Conflito de Atribuições nº 1.01314/2024-78

Requerente: Procuradoria da República – Pernambuco

Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.26.000.002799/2024-92. Notícia de Fato nº 01972.000.304/2024. Apuração de suposto ato de improbidade administrativa praticado no Município de Paulista/PE. Prestação de serviços fora do objeto do contrato. Contratação de funcionários indicados pela Secretaria Municipal de Cultura. Lei Federal nº 14.339/2022, a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho

Origem: Pernambuco

58) Conflito de Atribuições nº 1.01315/2024-21

Requerente: Ministério Público do Estado de Alagoas

Requerido: Procuradoria da República – Alagoas/União dos Palmares

Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. 22ª Promotoria de Justiça da Capital – Fazenda Estadual. NF 01.2024.00003037-3. Ministério Público Federal no Estado de Alagoas. NF 1.11.000.000582/2024-71. Apura supostas irregularidades na prestação de contas da Escola Estadual Deputado Rubens Couto, referente ao período de 2018 a 2023, que inviabilizou a continuidade dos repasses de verbas oriundas do programa do Governo Federal "Dinheiro Direto na Escola" – PDDE, impactando no funcionamento da unidade de ensino.

Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Alagoas

59) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.01318/2024-92

Requerente: Bryan José Barbosa Pimentel

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Inércia. Andamento do procedimento SIS/MP 0722.0001877/2024. Apuração de irregularidades cometidas pela Prefeitura do Município de Cristais Paulista/SP. Promotoria de Justiça de Franca/SP. Conforme determinação da Ouvidoria Nacional proferida no processo SEI 19.00.1050.0008022/2024-76.

Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: São Paulo

- 60) Conflito de Atribuições nº 1.01320/2024-06
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Requerido: Procuradoria da República – Mato Grosso/Diamantino
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Tapurah. SIMP 002700-001/2016. Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. NF 1.20.000.001268/2014-24. Conflito Negativo de Atribuições. Apura possível prática de atos de improbidade administrativa relacionados à alienação do imóvel, matrícula n.º 7.253, objeto do Edital de Concorrência n.º 001/2013. Venda de imóvel pertencente à União pelo Município de Itanhanga/MT, para possíveis fins de reforma agrária.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Mato Grosso
- 61) Conflito de Atribuições nº 1.01322/2024-05
Requerente: Procuradoria da República – Pernambuco
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. IC 1.26.000.000903/2023-23. Ministério Público do Estado de Pernambuco. 3º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Caruaru. DP n.º 01876.000.171/2023. Conflito Negativo de Atribuições. Apura a existência de graves problemas estruturais em imóveis do Conjunto Habitacional Antônio Feitosa Ramos, localizado no Distrito de Igapó, no Município de Lagoa do Ouro/PE. Recursos oriundos do Governo Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, e financiado pela Caixa Econômica Federal.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Pernambuco
- 62) Conflito de Atribuições nº 1.01333/2024-03
Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Ministério Público Federal no Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Procedimento nº 1009265-29.2024.4.01.3904. Processo nº 0800438-15.2024.8.14.0057. Apuração de possível crime de porte ilegal de arma de fogo.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Pará
- 63) Conflito de Atribuições nº 1.01361/2024-30
Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. 1ª Promotoria Criminal de Xique-Xique. IDEA nº 003.9.577887/2024. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. 3ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Especializada do Núcleo Rio de Janeiro. Processo nº 1.30.001.004272.2024-60. Conflito Negativo de Atribuições. Apura notícia-crime envolvendo a remessa de encomendas postais, via Correios, cujo conteúdo consistiria em substâncias entorpecentes. Crime de tráfico interestadual de drogas por via postal, com remessa do Rio de Janeiro/RJ para Xique-Xique/BA.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Rio de Janeiro
- 64) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00004/2025-80 (Recurso Interno)
Recorrente: Andreia Pereira Lima Bernado
Recorrido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Determinação para desconstituição de Remoção determinada a Promotor de Justiça. Retorno às funções na 1ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Colíder/MT. Suposta interferência na autonomia funcional. Pedido liminar.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Mato Grosso
- 65) Conflito de Atribuições nº 1.00005/2025-34
Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Procuradoria da República no Município de Juiz de Fora. NF 1.22.001.000708/2024-13. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. 4ª Promotoria de Justiça de Manhuaçu. NF 02.16.0394.0159919.2024-32. Conflito Negativo de Atribuições. Apura eventual irregularidade na recusa do fornecimento do medicamento Canabidiol, tendo em vista tratar-se de medicamento não incorporado ao Sistema Único de Saúde – SUS.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Minas Gerais

66) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00017/2025-96 (Recurso Interno)

Recorrente: Antonio de Nez Martins

Recorrido: Procuradoria da República – Pará/Castanhal

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Determinação para a suspensão dos efeitos da Recomendação nº 10/2017-MPF-PRM-RDC/PA. Desrespeito à Lei Federal n.º 6.514/2008. Comarca de Redenção/PA.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho

Origem: Pará

67) Conflito de Atribuições nº 1.00032/2025-07

Requerente: Ministério Público do Estado do Maranhão

Requerido: Procuradoria da República – Maranhão

Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Ministério Público Federal. Inquérito Civil SIMP nº 2182-259/2023. Representação de vereadores do Município de Codó/MA, referente a possíveis irregularidades em contratação de construtora para fornecimento de materiais à municipalidade.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Maranhão

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público